



CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO



PARECER PARA DISCUSSÃO EM TURNO ÚNICO
PROJETO DE LEI N.º 184, DE 2023

Cria as funções gratificadas de agente de contratação e de gestor de contratos, e dá outras providências.

Autor: Prefeito Municipal

Relator: Vereador RAFAEL DE ALMEIDA JACÓ

I RELATÓRIO

Veio a esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação (CLJR), para parecer quanto à constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, o Projeto de Lei n.º 184, de 2023, de autoria do Prefeito Municipal.

O projeto é dividido em seis artigos, a saber:

O art. 1º cria, na estrutura administrativa da Prefeitura Municipal Indianópolis-MG, as funções gratificadas de agente de contratação, símbolo FG-1AA, e de gestor de contrato, símbolo FG-3, gratificações nos valores de R\$ 2.000,00 e R\$ 1.353,00, respectivamente.

O art. 3º estabelece as atribuições da função gratificada de agente de contratação.

O art. 4º discrimina as atribuições da função gratificada de gestor de contratos.

O art. 5º dispõe que as funções criadas serão exercidas preferencialmente por servidores efetivos do Município de Indianópolis.

O art. 6º prevê que as despesas decorrentes do projeto correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

O art. 7º contém a cláusula de vigência, fixada para a data da publicação.

Instruem o projeto a estimativa do impacto orçamentário-financeiro da despesa criada pelo projeto, documento de fls. 6-8; e a declaração do ordenador de despesas de que a despesa criada tem adequação orçamentária e financeira na Lei Orçamentária de 2023, Lei n.º 2.120, de 13 de outubro de 2022, e é compatível com a Lei n.º 2.102, de 21 de junho de 2022, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para 2023, e com o Plano Plurianual do quadriênio 2022-2025, Lei Municipal n.º 2.055, de 1º de dezembro de 2011, documento de fl. 9.

É, síntese, o relatório.



CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

II FUNDAMENTAÇÃO

A matéria do Projeto de Lei n.º 184, de 2023, é de competência do Município, conforme previsto no art. 14, *caput* e incisos VI e XIII, da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 30, *caput* e inciso I, da Constituição Federal.

A iniciativa da proposição é exclusiva do Prefeito Municipal, segundo o disposto no art. 53, *caput* e inciso II, da Lei Orgânica do Município.

Conforme ensina Hely Lopes Meirelles,

[...] ao prefeito, como chefe do Poder Executivo, compete propor à Câmara a organização do quadro de servidores da Prefeitura, ou seja, a criação e extinção de cargos, os vencimentos e vantagens, bem como nomear, promover, movimentar e punir integrantes (**Direito Municipal Brasileiro**. 19. ed. São Paulo: Malheiros, 2021, p. 620).

Deduz-se que o projeto sob exame não incorre em qualquer das vedações temáticas estabelecidas pelo § 1º, do art. 62, da Constituição Federal.

A proposição em estudo se encontra redigida em conformidade com a boa técnica legislativa.

Há erro na numeração dos artigos. Do art. 1º passa-se para o art. 3º.

A correção desse equívoco será feita por ocasião do parecer de redação final.

Para mais clareza e objetividade da redação do art. 5º, propomos emenda redigida ao final.

Como ente autônomo, o Município possui competência para organizar sua estrutura administrativa, para execução das atividades e serviços constitucionalmente atribuídos à municipalidade.

De fato, além da autonomia política e financeira, o Município conta com autonomia administrativa, que consiste no poder de organizar sua própria administração sem interferência dos poderes da União ou do Estado-Membro.

Pode o Município criar cargos e funções de confiança que integram sua estrutura administrativa, desde que observados os limites das despesas com pessoal.

Não acompanha o projeto justificativa para a fixação de gratificações diferentes para as funções criadas, embora elas tenham, numa análise preliminar, atribuições e grau de responsabilidade equiparados.

Por essa razão, precisam ser solicitadas ao Prefeito Municipal as razões da fixação de gratificações diferentes para as referidas funções de confiança.

A estimativa de impacto orçamentário-financeiro, apresentada pelo Prefeito, documento de fl. 6-8, demonstra que o projeto provoca gastos estimados de R\$ 26.826,12



CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO



no exercício de 2023; de R\$ 59.017,56 no exercício de 2024; e de R\$ 64.919,40 no ano de 2025.

Ainda de acordo com o documento do Prefeito, o impacto da despesa no Orçamento de 2023 é de apenas 0,03%. Nos dois exercícios subsequentes, o impacto é de 0,06% e 0,07%, respectivamente.

O autor do projeto justifica que esse aumento de despesa com pessoal será compensado com a redução de despesas de outros setores e que, nos exercícios de 2024 e 2025, essa constará da revisão do PPA e da elaboração da LDO e LOA dos referidos exercícios.

Verifica-se que o impacto financeiro provocado pelo projeto é baixo e não irá interferir no cumprimento das metas fiscais fixadas na LDO e LOA de 2023.

A estimativa do impacto deixou de apresentar o percentual da despesa com pessoal do Poder Executivo dos últimos doze meses em relação à receita corrente líquida -RCL do mesmo período.

É necessário que essa informação conste da estimativa do impacto orçamentário-financeiro, porque, se a despesa total com pessoal exceder a 95% do limite fixado no art. 18, incisos II e III, da Lei de Responsabilidade Fiscal, é vedado ao Município criar cargo, emprego ou função (art. 22, parágrafo único, inciso II, da LRF).

III CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, esta Comissão acolhe o voto do relator e conclui pela constitucionalidade, legalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei n.º 184, de 2023, com a emenda redigida ao final e a recomendação de que sejam requeridas ao Prefeito Municipal as informações a seguir, para instruir a análise do projeto:

1) percentual da despesa com pessoal do Poder Executivo Municipal, acumulada nos últimos doze meses e apurada de acordo com a regra do § 2º, do art. 18, da Lei de Responsabilidade Fiscal, em relação à receita corrente líquida -RCL.

2) razões da fixação de gratificações de valores diferentes para as funções de confiança de agente de contratação e de gestor de contratos, considerando-se que, numa análise preliminar, estas possuem natureza, atribuições e grau de responsabilidade equiparados.

EMENDA SUBSTITUTIVA N.º 1 AO PROJETO DE LEI N.º 184, DE 2023

Dá nova redação ao art. 5º, do Projeto de Lei n.º 184, de 2023.

O art. 5º, do Projeto de Lei n.º 184, de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:



CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

“Art. 5º Serão designados exclusivamente para o exercício das funções de confiança de agente de contratação e de gestor de contratos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo e, preferencialmente, pertencentes ao quadro de pessoal do Município de Indianópolis-MG.”

Sala das Reuniões, 26 de junho de 2023.

RAFAEL DE AMEIDA JÁCÓ

Relator

JOSÉ JOAQUIM PINTO (BARROSO)

Presidente

MARCOS TÚLIO DA SILVA

Membro

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que esta proposição foi aprovada

em 3 de 7 de 2023, por unanimidade
(sete votos favoráveis)

Responsável pela Secretaria